



Handwritten signatures and initials.

Reunião Ordinária – Acta nº 21/2011

Data – 2011-09-05

Início – 14.30 horas

Local – Cidade de Abrantes, no Salão Nobre do Edifício dos Paços do Concelho

Termo – 16.15 horas

Presenças:

Presidente Maria do Céu de Oliveira Antunes Albuquerque

Vereadores Rui Miguel dos Santos Serrano
Celeste Maria Ferreira Riachos Simão
Manuel Jorge Séneca Valamatos dos Reis
António Manuel de Santana Maia Leonardo
António Manuel Belém e Ferreira Coelho

Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização – Catarina Alexandra Justino Santos



Não esteve presente na reunião o Vereador, Carlos Manuel Godinho Gonçalves Arês, por motivos profissionais.



Resumo Diário da Tesouraria de 05-09-2011:

a) Dotações Orçamentais €1.741.935,56
b) Dotações não Orçamentais €145.391,85

Total das Disponibilidades €1.887.327,41



A Presidente da Câmara declarou aberta a reunião, quando eram catorze horas e trinta minutos, dando início ao período de intervenção aberto ao público.



PERÍODO DE INTERVENÇÃO ABERTO AO PÚBLICO

(Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, Artigo 84º nº 7, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

CL
Santos

Esteve presente a Munícipe Maria Felismina Sebastião, residente em Abrantes, para se pronunciar relativamente ao lugar de estacionamento reservado aos utentes da farmácia Silva, em Abrantes.

Disse que em Maio estacionou nesse local, no sentido de ser atendida na farmácia e que foi multada, pelas 18.40h do mesmo dia, razão pela qual ficou bastante aborrecida, pelo que questionou a forma de funcionamento desse estacionamento.

A Presidente da Câmara esclareceu que à autarquia não tem cabido qualquer tipo de controlo do tempo de estacionamento e que não tem competência na actuação da Polícia de Segurança Pública. Acrescentou apenas que os donos da farmácia se queixam de estacionamento abusivo no local e que, por isso, a PSP já foi várias vezes chamada ao local.

Sugeriu apenas que a munícipe deixasse cópia dos documentos, para que a Câmara Municipal pudesse enviar à PSP no sentido de sensibilizar as autoridades para o sucedido.

Questionou se a hora da sua ida à farmácia era efectivamente a mesma da hora da multa.

A munícipe respondeu que o talão da farmácia não tem hora, mas que foi possível verificar no sistema informático, que o talão foi emitido às 18.00h. Já não se recorda, mas provavelmente depois de sair da farmácia ainda se poderá ter deslocado a algum local próximo para tratar de algum assunto.

Em seguida, a munícipe deu também conta de algumas situações abusivas de trânsito e estacionamento em ruas do Centro Histórico que se encontram vedadas ao trânsito, por parte de alguns comerciantes.

A Presidente da Câmara disse que existem várias situações de abuso já detectadas e que se está a procurar a melhor forma de melhorar essas situações.



O Vereador Santana Maia Leonardo chegou à reunião quando eram 14.40h.



A Presidente da Câmara deu por encerrado o período de intervenção aberto ao público, tendo-se passado ao ponto seguinte.

Foi aprovada, por maioria, com a abstenção da Vereadora Celeste Simão, por não ter estado presente, a parte da acta relativa às intervenções do executivo, da reunião anterior, com excepção das deliberações aprovadas em minuta.

Foi dispensada a sua leitura, por ter sido distribuída previamente a todos os membros da Câmara Municipal.

Act

Act

INTERVENÇÕES DOS MEMBROS DO EXECUTIVO ANTES DA ORDEM DO DIA

(Artigo 86º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro)

PRESIDENTE DA CÂMARA

A Presidente da Câmara deu conhecimento de uma notícia publicada no Diário de Notícias, na edição de 4 de Setembro de 2011, intitulada "Os segredos de um turismo que se quer da natureza", referindo-se à empresa "Sabores da Aldeia", designadamente, sobre a sua expansão no concelho de Abrantes.



Deu conta de situações de algum desagrado que têm sido apontadas relativamente ao funcionamento e aos cheiros provenientes do Aterro Intermunicipal, razões pela qual já procurou esclarecimentos junto da empresa exploradora, a Valnor. Foi por esta informada que o aterro neste momento já não recebe resíduos e que será brevemente encerrado.

Acrescentou ainda a essa informação que já foi adjudicado a obra para produção de Biogás, que se trata de um grande investimento que permitirá a produção de energia a colocar na rede.



Deu também conhecimento das intervenções que a EP – Estradas de Portugal, S.A., está a realizar na Ponte sobre a Ribeira de Moinhos em Rio de Moinhos (EN 3 ao KM 105+590), na Passagem Hidráulica em Amoreira (EN 3 ao KM 102+700), Passagem Hidráulica em Tramagal (EN 118 ao KM 130+610) e na Passagem Hidráulica em Bemposta (EN 363 ao KM 0+027).



Deu conta que foi aprovada a intervenção pelas Estradas de Portugal na actual ponte rodoviária sobre o Rio Tejo, entre Abrantes e Rossio ao Sul do Tejo, a ser executada depois da conclusão das obras na ponte de Constância e na ponte de Belver, cujas intervenções e mostram mais urgentes.

Salientou que esta intervenção demorará vários meses e que trará alguns transtornos no trânsito, que terá que ser desviado, e no açude insuflável.

Referiu-se também à ponte entre Mouriscas e Alvega, que também terá que ser avaliada, sendo que está a ser verificada a competência nesta matéria.



Em seguida, mostrou o projecto do trajecto da intervenção que está a ser efectuado Beneficiação de Troço Desclassificado da E.N.2 entre o Km 405,30 (Rossio ao Sul do Tejo) e o Km 407,44 (Arrifana). Aproveitou para referir que a intervenção tem que ser bastante reduzida, face ao previsto inicialmente, porque a estimativa orçamental para uma obra com intervenção mais profunda seria incomportável para a autarquia neste momento.

Cl
Cota

Deu também conta do projecto da empreitada de "Construção de arruamento envolvente à Escola Básica 2, 3 D. Miguel de Almeida e beneficiação do troço da Rua Dr. António Bandos".

Na sequência da questão colocada pelo Vereador Belém Coelho, a Presidente da Câmara referiu que estão previstos cerca de 60 lugares de estacionamento.

O Vereador Belém Coelho alertou para o facto de o número de lugares de estacionamento previsto ser bastante insuficiente para o número de viaturas de professores e de pessoal não docente.

A Presidente da Câmara disse que não é comportável a criação de mais lugares de estacionamento naquele local, acrescentando que o crescente número de viaturas é uma preocupação não só desta como também das outras escolas do concelho que estão ou irão a ser intervencionadas.



Em seguida a Presidente da Câmara deu conhecimento que terminou o concurso para a nomeação do Director do Departamento de Obras e Urbanismo e que também em função disso foram redefinidas as áreas de intervenção política, pelo que deu conta do seu despacho que se transcreve:

"Tendo em vista a melhor funcionalidade dos serviços, ao abrigo do nº 1 do artº 69º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, determino que a área de responsabilidade referente à Divisão de Serviços Urbanos, até à presente data atribuída ao Vereador e Vice-Presidente Rui Serrano, da qual dei conhecimento na reunião de Câmara de 27/10/2009, passe a ser da responsabilidade do Vereador Manuel Jorge Valamatos".

Tomado conhecimento.



Deu igualmente conhecimento, do seu despacho datado de 31 de Agosto de 2011, do seguinte teor:

"Em razão da redistribuição da área de responsabilidade referente à Divisão de Serviços Urbanos, e de acordo com o disposto no nº 5 do art. 65º, da Lei 169/99 de 18/9, na redacção da Lei 5-A/2002 de 11/01, revogo os seguintes pontos dos despachos de delegação e subdelegação de competências datados de 4 e 9 de Novembro de 2009, no Vice-Presidente Rui Miguel dos Santos Serrano:

1 No âmbito da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, a de:

- Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausolés e sepulturas perpétuas, no âmbito da alínea r) do nº 2 do artº 68º;*

- *Decidir sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos, no âmbito da alínea u) do nº 1 do artigo 64º;*
 - *Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos, gatídeos, nos termos da legislação aplicável, no âmbito da alínea x) do nº 1 do artº 64;*
 - *Decidir sobre a deambulação e extinção de animais nocivos, no âmbito da alínea z) do nº 1 do artº 64º.*
- 2 *No âmbito do Decreto-Lei nº 264/2002 de 25 de Novembro e no Decreto-lei nº 310/2002, de 18 de Dezembro, na actual redacção, a correspondente ao licenciamento de:*
- *Guarda-nocturno;*
 - *Venda ambulante de lotarias;*
 - *Realização de acampamentos ocasionais;*
 - *Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão;*
 - *Realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre;*
 - *Venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda;*
 - *Realização de leilões;*
- 3 *No âmbito da Decreto-Lei nº 309/2002 de 16 de Dezembro, na actual redacção, a correspondente a:*
- *Procedimentos e decisões sobre a instalação e o funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimento público, bem como dos recintos itinerantes e improvisados."*

Tomado conhecimento.



A Presidente da Câmara deu ainda conhecimento, do seu despacho datado de 31 de Agosto de 2011, conforme a seguir se transcreve:

"De acordo com o nº 2 do artigo 69º da Lei 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, delego ou sub-delego no Vereador Manuel Jorge Valamatos as competências nas seguintes matérias:

- 1 *No âmbito da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei 5-A/2002, de 11 de Janeiro, de:*
- *Conceder terrenos, nos cemitérios propriedade do município, para jazigos, mausoléus e sepulturas perpétuas, no âmbito da alínea r) do nº 2 do artº 68º;*
 - *Decidir sobre o estacionamento de veículos nas ruas e demais lugares públicos, no âmbito da alínea u) do nº 1 do artigo 64º;*
 - *Proceder à captura, alojamento e abate de canídeos, gatídeos, nos termos da legislação aplicável, no âmbito da alínea x) do nº 1 do artº 64;*
 - *Decidir sobre a deambulação e extinção de animais nocivos, no âmbito da alínea z) do nº 1 do artº 64º.*

Pe
Costa

- 2 No âmbito do Decreto-Lei nº 264/2002 de 25 de Novembro e no Decreto-lei nº 310/2002, de 18 de Dezembro, na actual redacção, os licenciamento de:
- Guarda-nocturno;
 - Venda ambulante de lotarias;
 - Realização de acampamentos ocasionais;
 - Exploração de máquinas automáticas, mecânicas, eléctricas e electrónicas de diversão;
 - Realização de espectáculos desportivos e de divertimentos públicos nas vias, jardins e demais lugares públicos ao ar livre;
 - Venda de bilhetes para espectáculos ou divertimentos públicos em agências ou postos de venda;
 - Realização de leilões;
- 3 No âmbito da Decreto-Lei nº 309/2002 de 16 de Dezembro, na actual redacção, relativamente a:
- Procedimentos e decisões sobre a instalação e o funcionamento dos recintos de espectáculos e de divertimento público, bem como dos recintos itinerantes e improvisados."

Tomado conhecimento.



Nº 24 - Em seguida, a Presidente da Câmara submeteu à aprovação uma proposta no sentido de ser anulado um procedimento concursal, conforme a seguir se transcreve:

"Considerando o contexto actual de diminuição de receitas, designadamente as de transferência da administração central, que se prevê virem a sofrer nova diminuição para 2012.

Considerando o clima de incerteza que se vive e a necessidade de manter o rigor que tem pautado a actuação do Município, no que respeita ao recrutamento de recursos humanos.

A selectividade terá de ser cada vez maior, procurando-se um equilíbrio entre as actividades que se pretendem prosseguir, os postos de trabalho considerados indispensáveis e que se encontrem ocupados neste momento e o não aumento de despesa.

Deste modo, proponho ao abrigo do nº 2 do artigo 38º da Portaria 83-A/2009 de 22/01 na redacção da Portaria 145-A/2011 de 06/04, a cessação do procedimento concursal, até agora em curso que visava a ocupação de um posto de trabalho na categoria de Técnico Superior, licenciado em Engenharia Civil, para a Divisão de Projectos e Empreitadas, que ainda não fora objecto de análise de candidaturas por parte do júri nomeado."

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Al
Colo

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



Deu conhecimento ainda de alguns elementos no que toca à evolução do número de colaboradores da Câmara Municipal nos últimos anos:

- a) Nº de colaboradores em 2008 – 452;
- b) Nº de colaboradores em 2009 – 414;
- c) Nº de colaboradores em 2010 – 422;
- d) Nº de colaboradores em 2011 – 395 (prevendo-se que no final do ano sejam 410 colaboradores, face aos procedimentos que decorrem)

Aproveitou para referir que, ao contrário do que muitas vezes é acusada, existe uma estratégia na gestão de recursos humanos que está a ser levada por diante e que todos os procedimentos estão enquadrados legalmente.

O concurso que propôs a anulação seria para ocupar um lugar com funções não existentes nem desempenhadas com contrato a termo nem em mobilidade, razão pela qual se julga poder, com justiça e rigor, anular o procedimento.

O vereador Belém Coelho questionou se o fundamento para abertura deste procedimento não residia também na execução do projecto da Estrada da Arrifana, que não avançou.

A Presidente da Câmara disse que efectivamente, não houve lugar a projecto para esta empreitada. Inicialmente era intenção a execução de uma obra mais ambiciosa, o que não se concretiza, nesta fase, devido aos valores envolvidos.

Isso é também uma causa para a anulação do procedimento, mas não é a única, porque existem outros processos a carecer do trabalho de um engenheiro civil. O que pesou mais para a decisão de propor a anulação do procedimento foi a incerteza das medidas que irão ser tomadas no que toca a novas contratações e até a despedimentos na administração local.



Nº 25 - Por último, informou que a no próximo dia 23 de Setembro, pelas 20h terá lugar mais uma sessão da Assembleia Municipal, nas instalações da Escola Superior de Tecnologia de Abrantes. Assim, propôs que a reunião ordinária da Câmara Municipal que deveria de ocorrer no dia 19 de Setembro de 2011, fosse adiada para o dia 15 de Setembro, mantendo-se a hora e o local, no sentido de ainda poderem ser discutidos a aprovados assuntos pela Câmara Municipal a tempo de poderem ser incluídos na ordem de trabalhos da sessão da Assembleia Municipal de 23 de Setembro.

Reconhecendo a urgência de deliberação imediata sobre este assunto, foi dado cumprimento ao disposto no artigo 83º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, na redacção dada pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro.

Deliberação Aprovada em Minuta: Por unanimidade, aprovada a alteração da data da realização da reunião da Câmara Municipal, devendo publicitar-se em edital.

Al
António

VEREADOR ANTÓNIO BELÉM COELHO

O vereador António Belém Coelho apresentou um pedido de esclarecimentos relativamente à audição dos interessados no processo do Museu Ibérico de Arqueologia e Arte de Abrantes, que a seguir se transcreve - 38260

"Nos termos do artigo 4º da Lei 83/95 de 31 de Agosto, o projecto do MIAA devia ter sido precedido, na fase de instrução dos respectivos procedimentos, da audição dos cidadãos interessados e das entidades defensoras dos interesses que pudessem vir a ser afectados por aqueles planos ou decisões.

Por sua vez, dispõe o artigo 5º do mesmo diploma legal que, para a realização da audição dos interessados, deveriam ter sido afixados editais e publicados anúncios em dois jornais diários de grande circulação, bem como num jornal regional (nº1), identificando as principais características do plano, obra ou investimento e seus prováveis efeitos e indicando a data a partir da qual seria realizada a audição dos interessados (nº2), devendo mediar entre a data do anúncio e a realização da audição, pelo menos, 20 dias.

Tendo em conta que alguns municípios têm colocado em dúvida que este procedimento tenha sido cumprido, os vereadores eleitos pelo PSD gostariam de saber quando se realizou a audição dos interessados do projecto do Museu Ibérico de Arte e Arqueologia e se o procedimento legal para a sua convocatória acima referido foi integralmente cumprido."

A Presidente encaminhou o pedido para os serviços jurídicos.



ORDEM DO DIA

(Artigo 87º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei Nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro).

Nº 1 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação da Divisão de Educação e Acção Social, datada de 24 de Agosto de 2011, referindo que de acordo com Informação do Director de Departamento de Administração e Finanças, o Regulamento de Apoio a Estratos Sociais Desfavorecidos, aprovado na reunião realizada em 9 de Junho de 2011, não tem que obrigatoriamente ser publicado em Diário da República para ser eficaz, tendo em conta o disposto no artigo 118º do CPA e 91º da Lei 169/99, bastando a publicação em edital e no boletim.

Atendendo a que a publicação em Diário da República se trata de procedimento desnecessário, sugere a rectificação da referida deliberação, no sentido de se suprimir essa frase do regulamento. - 25336

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, rectificar a deliberação tomada na reunião de 9 de Junho de 2011, referente ao regulamento de apoio a estratos sociais desfavorecidos, de acordo com a citada Informação da Divisão de Educação e Acção Social.

Os vereadores do PSD, apresentaram a seguinte declaração de voto:

Acta da reunião de -05- de Setembro de 2011

Al
Estou

"Na nossa opinião, não estamos, assim, tão certos de que este regulamento não tenha de ser publicado obrigatoriamente no Diário da República.

Com efeito, a publicação dos regulamentos no DR e em editais visa essencialmente dar a oportunidade ao cidadão de se pronunciar.

E vivendo nós num Estado de Direito democrático, a participação dos cidadãos na vida pública é um direito e um dever.

Quanto à obrigatoriedade de um regulamento (diferente de Normas) ser aprovado em Assembleia Municipal e publicado em Diário da República, para efeitos de apreciação pública, pelo prazo de 30 dias, assim o determina o art.º118 do Código do Procedimento Administrativo.

Em matéria de regulamentos veja-se o disposto na mais diversa legislação, nomeadamente: artigos 112º, nº 8, e 241º da Constituição da República Portuguesa; alíneas h) e i) do nº 1 do art.º 13º e art.º 23º da lei 159/99, de 14 de Setembro; o preceituado na alínea a) do nº 2 do art.º 53º e na alínea c) do nº 4 e na alínea a) do nº7 do artigo 64º da Lei 169/99, de 18 de Setembro.

No entanto, temos também a consciência de que as leis neste país e a sua interpretação estão constantemente a mudar pelo que queremos acreditar que o senhor director de Departamento de Administração e Finanças, para dar esta informação, é porque está certo disso, dispondo de informação que nós desconhecemos.

Com efeito, para dar esta informação num assunto desta responsabilidade, não poderá ter deixado de o estudar e de o ter analisado suficientemente, tendo até em conta que se trata de um programa que urge executar com a máxima celeridade, numa época de crise em que as situações de precariedade económica se estão a agudizar cada vez mais.

Pelo exposto, os vereadores eleitos pelo PSD ABSTÊM-SE na presente deliberação."



Nº 2 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara do seguinte teor:

"Nos termos do artigo 64º nº 4 alínea c), em conjugação com o nº 1 do artigo 65º da Lei nº 169/99, de 18 de Setembro, com as alterações introduzidas pela Lei nº 5-A/2002, de 11 de Janeiro, que estabelece o regime jurídico do funcionamento dos órgãos dos municípios, assim como as respectivas competências, a Câmara Municipal delega na Presidente da Câmara a competência para prestar apoio aos referidos estratos sociais desfavorecidos, pelos meios adequados e nas condições constantes de regulamento municipal, aprovado pela C.M.A. na data de 09/06/2011." - 25336

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a proposta apresentada.



Nº 3 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 24 de Agosto de 2011, do seguinte teor:

"Considerando a deliberação da Câmara Municipal de 11/7/2011, cuja acta foi definitivamente aprovada em 25/7/2011;

Considerando que no prazo concedido para audiência prévia RPP Solar, Energias Solares, S.A. veio pronunciar-se, solicitando que seja concedido um prazo de 15 dias para junção dos documentos que garantem a efectiva conclusão das obras da unidade

Al
Catarina

industrial em curso até ao próximo dia 8 de Novembro de 2011, bem como o pagamento das responsabilidades que conduziram às penhoras registadas sobre o terreno alienado pelo Município;

Considerando as razões invocadas no fax entrado na CMA em 23/8/2011;

Decido conceder a prorrogação do prazo adicional de 15 dias de audiência prévia, para a junção, por parte da Empresa, de documentos comprovativos da obtenção dos recursos financeiros necessários à conclusão da unidade industrial em construção até ao limite do prazo indicado e continuidade de desenvolvimento do projecto, e que garantam o pagamento das responsabilidades que conduziram ao registo das penhoras e demais ónus sobre o terreno. No mesmo prazo, deve entregar os originais dos documentos de cronograma dos trabalhos e os relativos ao empreiteiro.

Este despacho será objecto de deliberação de ratificação na Câmara Municipal, produzindo, no entanto efeitos, desde a data de hoje.

A deliberação definitiva será tomada após apresentação dos mencionados documentos, ou após transcorrido o prazo ora concedido."

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho da Presidente da Câmara.



Nº 4 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, na sequência do ofício nº 11/2011 da Paróquia de São Vicente, datado de 27 de Julho de 2011, a solicitar autorização para utilizar o Jardim da República e espaço envolvente, bem como a cedência de um palco e de alguns pavilhões destinados a tasquinhas, para a celebração do Dia da Comunidade, no próximo dia 24 de Junho de 2012. - 33898

Deliberação: Por unanimidade, aprovada a pretensão relativamente ao espaço, devendo, no entanto, a Paróquia em data mais próxima do evento, contactar os serviços respectivos, para que se proceda à ligação de água e electricidade.

Informar que, não há em princípio, inconveniente com a cedência de palco, no entanto, a autarquia não dispõe de pavilhões para poder ceder.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 5 - Proposta de Deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e Rui André, respeitante a habitações degradadas e devolutas, que se anexa à presente acta, propondo designadamente o seguinte: - 37037

"A Câmara Municipal de Abrantes, em colaboração com as Juntas de Freguesia, deverá proceder ao levantamento de todas as habitações degradadas e devolutas e à

Acta da reunião de -05- de Setembro de 2011

As
Câmara

identificação dos respectivos proprietários, com vista a determinar a execução de obras de conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético, assim como ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas."

Deliberação: A proposta foi rejeitada com os votos da Presidente da Câmara, dos Vereadores em funções, Rui Serrano, Celeste Simão e Manuel Valamatós e os votos favor dos Vereadores eleitos pelo PSD.

A Presidente da Câmara apresentou a seguinte declaração de voto:

"O Regime Jurídico da Urbanização e Edificação (Decreto-Lei nº 555/99, de 16 de Dezembro, na sua actual redacção, dedica a sua Secção IV à "Utilização e conservação do edificado".

De acordo com o Artigo 89º desse diploma legal, a Câmara Municipal determina, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, a execução de obras e conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético.

Ordena também, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas.

Essas deliberações são precedidas de vistoria por parte de comissão de técnicos, com a finalidade de determinar o elenco de obras necessárias a corrigir as anomalias ou patologias construtivas.

Essa vistoria é inclusivamente preterida quando exista risco iminente de desmoronamento ou grave perigo para a saúde pública, nos termos do nº 7 do Artigo 90º do mesmo diploma.

Se, por um lado, a Comissão de Vistorias tem emitido relatórios técnicos conclusivos e que têm determinado a notificação aos proprietários, o próprio Serviço de Fiscalização Municipal contribui ocasionalmente para o levantamento de imóveis cuja conservação seja exigível nos termos referidos.

A Comissão de Vistorias tem, deste modo e de forma regular, auxiliado o órgão competente na tomada dessas decisões cuja competência, recorde-se, encontra-se delegada na Presidente da Câmara Municipal e sub-delegada no Vereador com o pelouro do Urbanismo.

Será, por exemplo, de salientar que toda a área do Centro Histórico de Abrantes encontra-se devidamente caracterizada no que se refere ao estado de conservação do edificado, estando em curso, no âmbito do programa de regeneração urbana, actualização desse mapa; dos dados disponíveis contam, na maior parte dos casos, a identificação do(s) seu(s) proprietário(s).

A Câmara Municipal tem desenvolvido, em articulação com as Juntas de Freguesia, a identificação e o levantamento de imóveis devolutos que poderão equacionar a sua futura utilização no âmbito do programa de habitação social para o concelho de Abrantes."

Al
Celeste

Nº 6 - Proposta de Deliberação dos Vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, intitulada "Por uma Escola Livre de Delinquentes", que se anexa à presente acta, propondo designadamente o seguinte: - 37038

"A Câmara deverá diligenciar para que os jovens delinquentes sejam impedidos de frequentar estabelecimentos de ensino públicos frequentados por crianças e demais jovens, devendo aqueles ser reencaminhados para escolas especialmente vocacionadas para a sua ressocialização."

Deliberação: A proposta foi rejeitada com os votos da Presidente da Câmara, dos Vereadores em funções, Rui Serrano, Celeste Simão e Manuel Valamatós e os votos favor dos Vereadores eleitos pelo PSD.

A Presidente da Câmara disse que a proposta apresentada mexeu com os elementos do executivo em funções, na medida em que se vive num estado democrático e que, com ela se parece querer voltar ao antigo regime.

Disse que procurou aprofundar o significado de delincente, mas que não conseguiu encontrar. Mas encontrou na Constituição da República Portuguesa, na parte I dos direitos e deveres fundamentais o artº 73º, que refere:

"Artigo 73.º

(Educação, cultura e ciência)

1. Todos têm direito à educação e à cultura.

2. O Estado promove a democratização da educação e as demais condições para que a educação, realizada através da escola e de outros meios formativos, contribua para a igualdade de oportunidades, a superação das desigualdades económicas, sociais e culturais, o desenvolvimento da personalidade e do espírito de tolerância, de compreensão mútua, de solidariedade e de responsabilidade, para o progresso social e para a participação democrática na vida colectiva.

3. (...)

4. (...)"

Por isso, disse que considera que o acatar desta proposta poderá significar uma violação da Constituição da República Portuguesa.

Por outro lado, de acordo com o nº 5 do artigo 1º da Lei de Bases do Sistema Educativo (Lei 46/86, de 14 de Outubro) *"A coordenação da política relativa ao sistema educativo, independentemente das instituições que o compõem, incumbe a um ministério especialmente vocacionado para o efeito"* pelo que não são as Câmaras Municipais que definem as políticas educativas.

Também a alínea a) do nº 3 do artigo 2º da mesma Lei refere que *"O Estado não pode atribuir-se o direito de programar a educação e a cultura segundo quaisquer directrizes filosóficas, estéticas, políticas ideológicas ou religiosas"*.

Por último referiu que para situações de violência existem diplomas legais específicos nestas matérias, como a Lei Tutelar Educativa e a Lei de Protecção das Crianças e Jovens em Perigo e

Al

Al

que os Centros Educativos são as únicas instituições vocacionadas para o internamento destes jovens.

DEPARTAMENTO DE ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

Divisão Administrativa e de Modernização

Nº 7 - Para conhecimento, a Presidente da Câmara, dá conta do horário de funcionamento da Farmácia Batista Rei, Lda., sita em Carvalhal, Abrantes: - 25689

- Segunda a sexta-feira das 8H50 às 19H30
- Sábados das 8H50 às 19H30
- Pausa para almoço das 13H30 às 15H00
- Descanso Semanal aos Domingos
- Encerramento aos Feriados.

Tomado conhecimento.



Nº 8 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para aprovação a dispensa do pagamento das taxas correspondentes a diversos licenciamentos de actividades, conforme lista abaixo:

Proc.º	Entidade	Evento	Data	Taxa	Valor
35515	Fábrica da Igreja da Paróquia de S. Vicente	Festejos anuais de Senhora da Luz	8,9 e 10 .09.2011	<ul style="list-style-type: none">• Recinto improvisado;• Ruído;• Autorização para serviços de restauração e bebidas;• Afixação de cartazes	100,05€
36832	Renascer – Associação Cristã de Reabilitação, Acção Social e Cultura	Venda de brindes	13 e 16.09.2011	<ul style="list-style-type: none">• Ocupação via pública	10,88€

Deliberação: Por unanimidade, autorizada a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, conforme lista acima, de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Informar os requerentes que, sendo colocadas à sua disposição as licenças solicitadas, sem que procedam, previamente à realização do evento, ao seu levantamento, fica sem efeito a presente dispensa do pagamento de taxas, considerando-se as mesmas devidas, em conformidade com o disposto no artigo 18º do Regulamento de Taxas e Licenças.

Al
Estimado

Nº 9 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação da Secção de Atendimento e Licenciamento Geral da Divisão Administrativa e de Modernização, datada de 25 de Agosto de 2011, acerca do pedido do CRIA – Centro de Recuperação Integração de Abrantes, a solicitar a dispensa do pagamento das taxas correspondentes à cedência do Edifício Pirâmide, no dia 28 de Setembro de 2011, para realização de uma reunião de pais. - 34768

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a dispensa total do pagamento das respectivas taxas, no valor de 88,46€ (oitenta e oito euros e quarenta e seis cêntimos), de acordo com o disposto nos artigos 10º e 13º do Regulamento de Taxas e Licenças em vigor neste Município.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Divisão Jurídica

Nº 10 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, remetendo para ratificação do órgão executivo, o seu despacho datado de 29 de Agosto de 2011, a aprovar a minuta de compra e venda referente à aquisição de um prédio urbano sito em Rossio ao Sul do Tejo, Abrantes, para o Centro de Acolhimento do Tejo, pelo valor de 8.000,00€ (oito mil euros), celebrada entre Maria de Lurdes Moreno de Almeida Simões Raposo, António José Pita Simões Raposo e Rosa Maria Moreno de Almeida e o Município de Abrantes. - 28489

Deliberação: Por unanimidade, ratificar o referido despacho de aprovação da Presidente da Câmara.



Nº 11 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente a uma Informação do Serviço de Notariado da Divisão Jurídica, datada de 22 de Agosto de 2011, sugerindo que se aprove os limites e a implantação de terreno com a área total de 24.450m² para implantação do Centro Escolar da Encosta Sul, de acordo com planta anexa à presente informação, por forma a que a mesma possa ser inscrita no Serviço de Finanças de Abrantes como prédio autónomo. - 36528

Deliberação: Por unanimidade, aprovar os limites e a implantação do referido terreno para implantação do Centro Escolar da Encosta Sul, nos termos da referida Informação do Serviço de Notariado da Divisão Jurídica.

Ao serviço de Notariado para os devidos efeitos.

Al
António

Divisão de Recursos Humanos

Nº 12 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação da Divisão de Recursos Humanos, datada de 30 de Agosto de 2011, a solicitar autorização para abertura do seguinte procedimento concursal, para ocupação de posto de trabalho previsto no mapa de pessoal, para contrato por tempo indeterminado: - 37488
- 1 Especialista de Informática, Grau 1 Nível 2

Deliberação: Por maioria, com os votos contra dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar a abertura do referido procedimento concursal, de acordo com a citada Informação da Divisão de Recursos Humanos.

À Divisão de Recursos Humanos para os devidos efeitos.

Os Vereadores do PSD apresentaram declaração de voto do seguinte teor:

"Para além de continuarmos a defender que não devem ser lançados novos concursos, sem uma reformulação profunda, coerente e séria do mapa de pessoal, os vereadores do PSD consideram ainda que a grave crise económica devia levar a Câmara a um esforço de contenção da despesa pública, designadamente, otimizando e rentabilizando os recursos humanos, em vez de optar por sobrecarregar sistematicamente os municípios com cada vez mais impostos.

Acrece que o Partido Socialista assinou o "memorando", comprometendo-se a cumpri-lo.

Ora, neste contexto, a reestruturação do Regulamento de Organização dos Serviços Municipais (ROSM), bem como do Mapa da pessoal, é um fundamental, tendo em conta que se trata de documentos estratégicos para uma gestão de excelência no que concerne a uma melhor e mais rentável organização dos serviços municipais, logo à rentabilização dos recursos, nomeadamente, humanos.

E vivendo Portugal num período de grave crise, é imperativo diminuir a despesa pública, rentabilizando os recursos humanos (que, neste município, não o são em consequência do ROSM e do Mapa de Pessoal, ambos muito fracos, incoerentes e absurdos) e privilegiando-se o recrutamento através da mobilidade interna."

DEPARTAMENTO DE INTERVENÇÃO SOCIAL

Divisão de Educação e Acção Social

Nº 13 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, respeitante a uma Informação do Serviço de Educação da Divisão de Educação e Acção Social, datada de 17 de Agosto de 2011, no seguimento do encerramento de E.B.2,3 Dr. Fernando Loureiro, sugere a transferência para o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida a quantia de 6.251,44€, para colmatar as despesas de água e luz pagas por aquele agrupamento, mas cuja responsabilidade é do município. - 36067

Acta da reunião de -05- de Setembro de 2011

Al
Câmara

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a transferência da referida verba para o Agrupamento de Escolas D. Miguel de Almeida, nos termos da citada informação do Serviço de Educação da Divisão de Educação e Acção Social.

Aos respectivos serviços para procederem em conformidade.

DEPARTAMENTO DE OBRAS E URBANISMO

Divisão de Projectos e Empreitadas

Nº 14 – Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, referente à Informação Nº 220 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 17 de Agosto de 2011, a dar conta que José Manuel da Silva Fidalgo, adjudicatário da empreitada de "Construção do Centro Escolar de Bemposta", entregou a documentação necessária para a introdução de subempreiteiro em obra e referindo que cumpre com o previsto no art.º 383º do Código da Contratação Pública, na medida em que o valor da adjudicação a subempreiteiros não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada.

Deliberação: Por unanimidade, autorizar a entrada do subempreiteiro em obra, nos termos previstos na lei, uma vez que o valor da adjudicação a subempreiteiro não excede o limite de 75% do valor da obra que lhe foi adjudicada, de acordo com a referida Informação Nº 220 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Remeter o processo para o Coordenador de Segurança em obra, para dar cumprimento ao disposto no nº 5 do artigo 15º do Decreto-Lei nº 273/2003, de 29 de Outubro.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para proceder em conformidade.



Nº 15 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, respeitante à Informação nº 225 da Divisão de Projectos e Empreitadas, datada de 22 de Agosto de 2011, dando conta que a Sociedade de Construções – José Coutinho, S.A., entregou a Garantia Bancária Nº 2537.003200.893, no valor de 209.568,39€ da Caixa Geral de Depósitos, datada de 25/03/2011, correspondente ao adiantamento de 30% dos trabalhos contratuais, por realizar na empreitada de "Aquapolis - Margem Sul - 2ª Fase - Parque Ribeirinho de Abrantes."

Tendo sido entregues as facturas nos montantes de 105.478,68€, com o respectivo auto nº 10, deverá ser reduzida a referida garantia no valor de 31.643,60€, que corresponde a 30% do valor do auto, de acordo com nº 2 do art. 295º do Código dos Contratos Públicos, aprovado pelo Decreto-Lei nº 18/2008, de 29 de Janeiro, na actual redacção.

Al
Catarina

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a redução da referida garantia bancária, nos termos da citada informação nº 225 da Divisão de Projectos e Empreitadas.

Comunicar à Caixa Geral de Depósitos, com conhecimento ao empreiteiro.



Nº 16 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente a uma Informação do Director do Departamento de Administração e Finanças, datada de 30 de Agosto de 2011, acerca do pedido de parecer relativo à aplicação do disposto no nº 1 do artigo 4º da Lei nº 83/95, de 31 de Agosto, ao procedimento de empreitada da ESTA – Escola Superior de Tecnologia de Abrantes. – 36950

Deliberação: Por maioria, com a abstenção dos vereadores eleitos pelo PSD, Santana-Maia Leonardo e António Belém Coelho, aprovar a prestação de serviço na modalidade de tarefa, com a firma Dulce Lopes Unipessoal, Lda., no valor de 3.500,00€ (três mil e quinhentos euros), acrescido do IVA à taxa legal em vigor, para elaboração do referido parecer.

À Divisão de Projectos e Empreitadas para os devidos efeitos.



Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística

Nº 17 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, na sequência do ofício nº 262/2011 da Junta de Freguesia de São Vicente, datado de 19 de Agosto de 2011, sugerindo a atribuição do topónimo "Rua Quinta do Vale de Santa Catarina" para a zona do Vale de Santa Catarina, bem como sejam atribuídos os nºs de polícia às habitações existentes e colocadas as placas toponímicas. – 36597

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a atribuição do topónimo "Rua Quinta do Vale de Santa Catarina" para a zona do Vale de Santa Catarina, conforme sugerido pela Junta de Freguesia de São Vicente.

Proceder à atribuição dos nºs de polícia às habitações existentes e colocar as respectivas placas toponímicas.

Aos respectivos serviços para os devidos efeitos.



Nº 18 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, respeitante à Informação Nº 60/2010 da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 18 de Maio de 2010, acerca da alteração de uma operação de loteamento, na Rua do Moinho de Vento, em Pego, Abrantes, em nome de Immoveable – Empreendimentos e Negócios Imobiliários, Lda. – 518/00

Acta da reunião de -05- de Setembro de 2011

Cl
Otero

Deliberação: Por unanimidade, deve proceder-se à audiência escrita da interessada, nos termos dos Artigos 100º e 101º do Código do Procedimento Administrativo, dando-se-lhe conhecimento do sentido provável da deliberação final, uma vez que é intenção da Câmara:

- Notificar a firma, Immoveable – Empreendimentos e Negócios Imobiliários, Lda, a apresentar o alvará que neste momento se encontra cassado, informando-a das prescrições previstas na Lei, caso não proceda à entrega do mesmo.

Para o efeito é-lhe concedida o prazo de 10 dias para se pronunciar em audiência escrita, podendo consultar o processo nos serviços da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística da Câmara Municipal de Abrantes, na Praça Raimundo Soares, nos dias úteis entre as 9.00 e as 16.00 horas.

Nada sendo dito, é esse o teor final da deliberação produzindo os seus efeitos definitivos após o decurso do referido prazo.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 19 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação Nº 224/10 EO da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 14 de Setembro de 2010, acerca do pedido da firma Pegoconstroi, Lda., a solicitar a desistência da implementação do parque infantil no loteamento com o alvará nº 3/2004, sito na Rua da Indústria, em Chainça, Abrantes, alegando atraso na emissão de parecer da CCDRLVT, de que se considera alheio e que acarreta graves prejuízos quer para o loteador quer por razões de ordem ambiental, urbanística, técnica e económica e impede a célere conclusão do loteamento, segundo alega. – 1281/01

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração da área onde se encontra prevista a implantação de um parque infantil, para uma zona verde, cuja alteração já foi aceite pela ARH Tejo.

Deverá o promotor apresentar projecto devidamente rectificado e compensar pela não execução desse equipamento infantil.

O processo deverá ser encaminhado à Comissão de Avaliação, para efeitos do despacho de 27 de Julho de 2011 da Chefe da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 20 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, referente à Informação Nº EC/22/2011 da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, datada de 11 de Julho de 2011, acerca do prazo de execução de obras de

Acta da reunião de -05- de Setembro de 2011

Al
cto

urbanização da operação de loteamento sita em lugar de Casabela, Barreiras do Tejo, Abrantes, em nome de Sociedade Fabril de Produtos Resinosos, S.A. – 58/05

Deliberação: Por unanimidade, revogar as deliberações tomadas nas reuniões de 29 de Novembro de 2010 e 07 de Fevereiro de 2011, no que aos prazos de execução diz respeito, fixando-se o prazo máximo de 3 (três) anos imposto pelo RUE.

Deverá comunicar-se as conclusões da presente informação técnica, solicitando-se à firma titular do processo que no prazo máximo de 15 (quinze) dias úteis, apresente cronologia do faseamento máximo de 3 anos.

À Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística para proceder em conformidade.



Nº 21 - Em anexo, relação de processos da Divisão de Ordenamento e Gestão Urbanística, despachados pelo Vereador Rui Serrano, ao abrigo das competências que lhe foram subdelegadas pela Presidente da Câmara.



Divisão de Serviços Urbanos

Nº 22 - Proposta de Deliberação do Vereador e Vice-Presidente da Câmara Rui Serrano, respeitante à Informação Nº 260 da Divisão de Serviços Urbanos, datada de 29 de Julho de 2011, acerca das alterações ao trânsito e ao estacionamento na Rua Visconde da Abrançalha, em Abrantes, na sequência da conclusão das obras na Escola Secundária Dr. Solano de Abreu e, consequentemente, com a passagem da entrada principal para a referida rua. – 37346

Deliberação: Por unanimidade, aprovar a alteração ao trânsito e ao estacionamento na Rua Visconde da Abrançalha, em Abrantes, de acordo com a referida Informação Nº 260 da Divisão de Serviços Urbanos, que se dá por transcrita.

À Divisão de Serviços Urbanos para os devidos efeitos.

SERVIÇOS MUNICIPALIZADOS DE ABRANTES

Nº 23 - Proposta de Deliberação da Presidente da Câmara, relativa ao ofício com a refª 11-258 dos Serviços Municipalizados de Abrantes, datado de 23 de Agosto de 2011, remetendo para aprovação, projecto de Rede Drenagem de Águas Residuais de São Facundo – Ampliações, Transporte de Efluente da Carreira do Mato e Aldeia do Mato até à ETAR de Martinchel, Lote A e Lote B e Rede de Drenagem de Águas Residuais Domésticas e sua Elevação no lugar do Tubaral. – 36861

Acta da reunião de -05- de Setembro de 2011

Deliberação: Por unanimidade, aprovar o referido projecto, nos termos do ofício com a refª 11-258 dos Serviços Municipalizados de Abrantes.



Encerramento da Reunião

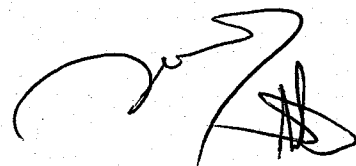
E não havendo mais assuntos a tratar, a Presidente declarou a reunião encerrada pelas dezasseis horas e quinze minutos.

De tudo para constar se lavrou a presente acta, que se encontra aprovada, inclusive por minuta as deliberações, com excepção das intervenções dos elementos do executivo não determinantes de deliberação.

A Chefe da Divisão Administrativa e de Modernização a redigiu e também a assina.

A PRESIDENTE DA CÂMARA

A CHEFE DA DIVISÃO ADMINISTRATIVA E DE MODERNIZAÇÃO



HABITAÇÕES DEGRADADAS E DEVOLUTAS

Proposta de deliberação

8 de Agosto de 2011

Nos termos do artigo 89º, nº1, da Lei n.º 60/2007, de 04 de Setembro, «as edificações devem ser objecto de obras de conservação pelo menos uma vez em cada período de oito anos, devendo o proprietário, independentemente desse prazo, realizar todas as obras necessárias à manutenção da sua segurança, salubridade e arranjo estético.

Por sua vez, dispõe o nº2 que, «a câmara municipal pode a todo o tempo, oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, determinar a execução de obras de conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético.»

E nos termos do nº3, pode a câmara municipal, «oficiosamente ou a requerimento de qualquer interessado, ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas.»

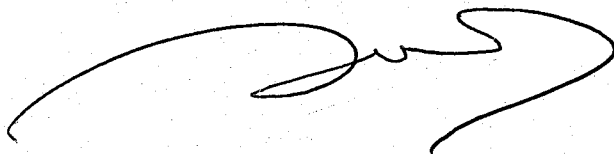
Como chamámos a atenção na nossa proposta sobre a Segurança (ver acta de 9/6/11 – fls.13), assente na célebre «Teoria das Janelas Partidas», os edifícios abandonados, em ruínas e degradados são um dos principais factores que potenciam a marginalidade e a delinquência, para além serem um risco para a saúde pública e um péssimo cartão de visita para qualquer cidade com pretensões turísticas.

Assim sendo e porque é um facto notório que existem muitas habitações degradadas e devolutas espalhadas em todo o concelho, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

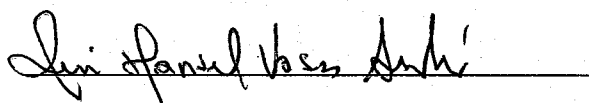
A Câmara Municipal de Abrantes, em colaboração com as Juntas de Freguesia, deverá proceder ao levantamento de todas as habitações degradadas e devolutas e à identificação dos respectivos proprietários, com vista a determinar a execução de

obras de conservação necessárias à correcção de más condições de segurança ou de salubridade ou à melhoria do arranjo estético, assim como ordenar a demolição total ou parcial das construções que ameacem ruína ou ofereçam perigo para a saúde pública e para a segurança das pessoas.

Os Vereadores



(António Manuel Santana Maia Leonardo)




(Rui Manuel Vasco André)

POR UMA ESCOLA LIVRE DE DELINQUENTES

Proposta

22 de Agosto de 2011



Uma política educativa assente em teorias pedagógicas mal testadas e decorrentes de uma crença totalmente infundada no mito do «bom selvagem» de Rousseau permitiu que a escola fosse tomada de assalto por bandos de rufias que, por ausência de autoridade, acabaram por tomar o poder de facto, na medida em que são os únicos que podem usar a força para impor as suas leis.

Com efeito, só eles têm autoridade para bater, esmurrar, roubar, coagir, chantagear, esfaquear ou pontapear quem quer que seja: professor, funcionário ou aluno. E se algum aluno, na sua ingenuidade, tentar encontrar protecção num professor ou num funcionário rapidamente aprende quão frágil e ilusório é o poder destes.

A maioria dos pais hodiernos pertence a uma geração fruto de uma época (anos 60-70) em que se idolatrava o aluno insolente, baldas e marginal e se desprezava o aluno aplicado, trabalhador, cumpridor e educado.

Não é, por isso, de estranhar que a participação dos pais nas nossas escolas tenha dado um contributo decisivo não só para o decréscimo da qualidade do ensino como também para o aumento da indisciplina e da violência nas nossas escolas. A maioria dos pais, sejamos honestos, só vai à escola por duas razões: ou para pressionar os professores a dar notas mais altas ao seu filho ou para pedir satisfações ao professor ou funcionário que ousou levantar a voz contra o seu filhinho.

Mas há uma coisa que as pessoas têm de perceber: a escola não pode ser nem uma casa de correcção, nem uma prisão. E para se pertencer à comunidade escolar (ou a qualquer outra), uma pessoa tem de aceitar e de se sujeitar às regras de funcionamento da própria comunidade, sob pena de esta se desmembrar.

Crianças de 9, 10 e 11 anos e jovens adolescentes não podem ser vítimas, nem os ratinhos da Índia, de experiências pedagógicas de resultado duvidoso ou de programas

de ressocialização de delinquentes. Acresce que é fundamental que a escola proteja os alunos que aceitam as regras da comunidade, porque, só assim, eles aprenderão a confiar nas instituições.

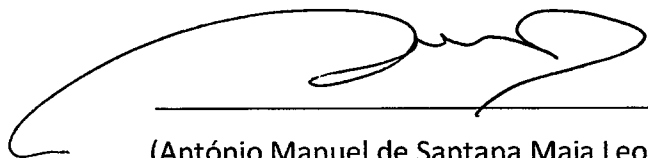
Ora, se sociólogos, psicólogos, assistentes sociais, jornalistas, comentadores e políticos são, hoje, unânimes em reconhecer que delinquentes de 16 a 21 anos não devem cumprir as suas penas de prisão juntamente com criminosos mais velhos, tendo em conta a influência negativa que os criminosos mais velhos poderão exercer sobre os mais novos, por maioria de razão se deve evitar que se misturem na mesma escola e na mesma turma crianças de 9, 10 e 11 anos com jovens delinquentes de 14, 15 e 16 anos que as sujeitam a todo o tipo de tropelias, humilhações e crimes.

A não ser que queiramos educar os nossos alunos para uma vida numa sociedade dominada e controlada por traficantes de droga, máfias e "gangs". Se assim for, o modelo que, infelizmente, está implantado nas nossas escolas públicas é o ideal, na medida em que reproduz com fidelidade esse modelo de sociedade.

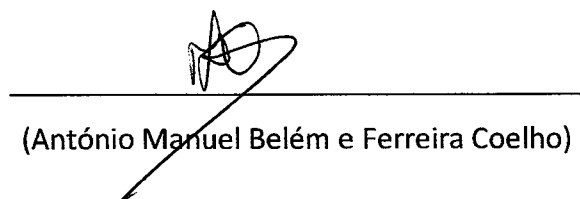
Pelo exposto, os vereadores do PSD vêm apresentar a seguinte proposta, requerendo, desde já, o seu agendamento:

a Câmara deverá diligenciar para que os jovens delinquentes sejam impedidos de frequentar estabelecimentos de ensino públicos frequentados por crianças e demais jovens, devendo aqueles ser reencaminhados para escolas especialmente vocacionadas para a sua ressocialização.

Os Vereadores



(António Manuel de Santana Maia Leonardo)



(António Manuel Belém e Ferreira Coelho)

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/09/05

PROCESSO				REQUERIMENTO				REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRIÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data					Número	Tip	Data
05.01	07000899	2007/12/12	LICOR	07003797	2007/12/12	0190652071		CELSO RODRIGUES VERMELHO RUA AMÁLIA RODRIGUES, LOTE 31 CERRADO GALEGO - CASAS DE MEM MARTINS	legalização moradia RUA CARPITO ANTONIO CORREIA PIRES, 9 TAPADÃO	11000621	DES	2011/08/25
						CM00013985			2011/08/24: No uso de competências que me foram sub-delegadas, déficit o pedido de autorização de utilização.		T E O R	
04.01	08000258	2008/05/09	RUE	00000258	2008/07/11	0501334840		CONSTRUTORA SOC. CONST. EMPREITADAS, LDA VALE DE S. DOMINGOS	construção edifício para habitação/comércio/serviço RUA MONTEIRO DE LIMA E RUA LUIS DE CAMOES ABRANTES	11000627	DES	2011/08/29
						CM00000264			2011.08.29:Deferido		T E O R	
05.01	08000578	2008/10/28	RUE	09000978	2009/05/28	0240949293		JOSE CARLOS DIAS ALVES RUA DA CERRÂNICA, N.º 51	ampliação moradia Rua do Casalinho Crucifixo	11000603	DES	2011/08/23
						CM00015522			19.08.2011:No assunto já se refere o meu despacho de 16.08.2011, constante do Pg 34914.Ficará a presente proposta de decisão sem efeito até à prossecução dos objectivos desse despacho, devendo ser		T E O R	
04.06	08000688	2008/12/26	RUE	09000122	2009/01/23	0244807701		TERIMA MARGARIDA OLIVEIRA RODRIGUES E OUTRO RUA COMPLEMENTES DA GRANDE GUERRA, N.º 5	construção moradia Loteamento Municipal de Bemposta, lote 24 Bemposta	11000629	DES	2011/08/29
						CM00015810			2011.08.26:Admite-se comunicação prévia.		T E O R	
06.01	09000025	2009/01/23	RUE	09000365	2009/03/02	0194858502		ISABEL CRISTINA DA SILVA GAMEIRO MONTEIRO RUA DA VITORIA N.º 267	transformação moradia RUA DA VITORIA	11000623	DES	2011/08/29
						CM00010054		CARITO	2010/08/29: No uso das competências que me foram sub-delegadas, déficit o pedido de autorização de utilização.		T E O R	
06.03	09000042	2009/02/02	RUE	11000635	2011/06/27	0203274610		TERESA PAULA GIL GUTOMAR RUA DAS COVAS N.º 293	transformação moradia RUA DAS COVAS,N.º293	11000628	DES	2011/08/29
						CM00015964			2011.08.26:Admite-se comunicação prévia.		T E O R	
04.01	09000285	2009/07/02	LICOR	09001194	2009/07/02	0174830769		CARLOS AUGUSTO LOPES SERRAS CASAL DO CAMARÃO	construção muros Outeirinho Casal do Camarão	11000615	DES	2011/08/24
						CM000002059		MOULISCAS	22.08.2011:Proporção superiormente o deferimento do pedido. A Consideração Superior. 23.08.2011:Deferido.		T E O R	

*** processado por computador ***
*** sistemas informáticos ***

Relação dos processos para a Reunião de Câmara de 2011/09/05

PROCESSO			REQUERIMENTO			REQUERENTE, RESIDENCIA	DESCRÇÃO, LOCAL DA OBRA	DESPACHO, DELIBERAÇÃO		
Tip	Número	Data	Tipo	Número	Data			Número	Tip	Data
04.03	09000340	2009/07/28	LICOR	09001359	2009/07/28	0214438554 URBANIZAÇÃO DO CASALINHO LOTE 29 - 2ºESQ	construção moradia Rua das Figueiras, n.º 132	11000624	DES	2011/08/29
									T E O R	
05.01	09000440	2009/09/21	RJE	09001825	2009/10/01	0125063210 AMICAR DO ROSARIO FERNANDES RUA 1.º DE MAIO, N.º 4	26.08.2011: Aprovado nos termos da informação do diretor do dou.	11000602	DES	2011/08/23
						MAXIAL	ampliação moradia Rua dos Oleiros Chaiça		T E O R	
04.01	09000445	2009/09/23	RJE	10000064	2010/01/13	0240949293 JOSE CARLOS DIAS ALVES RUA DA CERÂMICA, N.º 51	2011.08.19: Ao assunto já se repara o meu despacho de 12.08.2011, constante do PG 34911. Ficará a presente proposta de decisão sem efeito até à prossecução dos objectivos desse despacho devendo ser	11000613	DES	2011/08/24
							construção garagem Rua do Casalinho Crucifixo		T E O R	
04.06	10000128	2010/03/26	COMUNPREV	10000493	2010/03/26	0160219833 ANTONIO MARQUES ALEXANDRE ESTRADA NACIONAL 118 N.º 1094	24.08.2011: No uso das competências que me foram sub-delegadas, defiro o pedido de Autorização de utilização.	11000611	DES	2011/08/24
						PEGO	construção edifício comercial/ prestação de servíç LOTE 8, VALE DE ROUBAM		T E O R	
05.01	10000184	2010/05/05	LICOR	10000765	2010/05/05	0187483550 MANUEL ALVES DOS SANTOS AV. DE PORTUGAL N.º 49 4.º DT.º	19.08.2011: Proponho superiormente que se emita a admissão de comunicação prévia, nos moldes e com os fundamentos propostos pela sr. chefe da Dougu.	11000616	DES	2011/08/24
							ampliação Arrecadação Lugar de Barro Mouriscas		T E O R	
06.01	10000462	2010/11/03	RJE	11000622	2011/06/22	0188050680 MARIA MANUELA MARQUES ANDRE PEDRO RUA FERNANDO LOPES GRACA LOTE 64 2.º DT.º	24.08.2011: No uso das competências que foram sub-delegadas, defiro o pedido de autorização de utilização. Após o respectivo expediente, solicito que seja dada prossecução ao sugerido pela sr. chefe da	11000600	DES	2011/08/22
							alteração moradia Rua do Vale Cabreiro, n.º 300 Fontes		T E O R	
06.01	10000469	2010/11/08	LICOR	10001975	2010/11/08	0179159500 LUIS MIGUEL JACOB MARTINS RUA BAIRO NOVO, N.º 118	2011/08/22: No uso de competências que me foram sub-delegadas defiro o pedido de autorização de utilização.	11000625	DES	2011/08/29
						CM00014624 VALE DE AÇOR	alteração moradia Rua do Bairro Novo, n.º 118 Vale de Açor		T E O R	
							2011/08/26: Deferido nos termos da informação do Director do Dou.			

*** processado por computador ***
*** sistemas informáteis ***

Chen

2011.08.26:Deferido.

```
***
***  procesado por computador  ***
***  sistemas InforJue  ***
```